



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

(Alcobaca, 10 de outubro de 2018)

Realizou-se na cidade de Alcobaca, no dia 10 de outubro de 2018, a Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola (DNPDA Angola), Vice-Almirante António Miranda, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil (CAE Brasil), Almirante de Esquadra Cláudio Portugal de Viveiros, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde (DND Cabo Verde), Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau (DGPDN Guiné-Bissau), Brigadeiro-General Malan Camara, a Diretora Nacional Adjunta da Direção Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique (DNA-DNPDA Moçambique), Dra. Maria Izabel Luis Francisco, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa (DGPDN Portugal), Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe (DPDN São Tomé e Príncipe), Coronel Alfredo Marçal Lima, e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste (DNPEPI Timor-Leste), Dr. Martinho Maia Gonçalves. Pela República da Guiné Equatorial esteve presente a Dra. Regina Martins, da respetiva Missão Permanente junto da CPLP.

Participaram, como convidados, a representante do Secretariado Executivo da CPLP, Dra. Amália Martins, e o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Tenente-General Luís Diogo de Carvalho.

O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) foi assegurado pelo Dr. João Pedro Saldanha Serra, pela Dra. Maria Leticia Bairrada e pelo Capitão-de-Fragata Luís Costa Cabral



O DGPDN Portugal saudou todos os presentes, dando as boas-vindas aos novos diretores de política de Defesa pela primeira vez presentes nestas reuniões: o Vice-Almirante António Miranda, de Angola e o Almirante de Esquadra Cláudio Portugal de Viveiros, do Brasil.

Referiu-se a este ano de 2018 como atípico pela não realização de reuniões de MDN e DPDN, funcionando, por isso, a presente reunião extraordinária, como ordinária.

Referiu também que a CPLP será aquilo que todos quisermos, estando o seu desenvolvimento dependente da vontade de cada Estado-Membro (EM). Dando continuidade à reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa, que, sendo uma das mais ativas da CPLP, nem sempre é a que tem maior visibilidade. Considerou que as características do local onde nos encontramos permitirão ponderar o desenvolvimento de objetivos comuns. Em seguida, deu a palavra à representante da Guiné Equatorial, uma vez que, não tendo havido passagem da presidência do Fórum, esta continua a pertencer aquele país. A referida representante, justificou a sua presença pela impossibilidade do respetivo DPDN se deslocar a Portugal, devido às celebrações do Dia da Independência Nacional a 12 de outubro.

O DGPDN Portugal submeteu para apreciação a Agenda de Trabalhos que foi aprovada por consenso.

Ponto 1. Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP - apresentação do documento de trabalho com ideias/propostas para dinamização

Introduzindo o tema, o DGPDN Portugal lembrou que as bases desta reflexão foram lançadas na reunião extraordinária de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) de 2016.

Com efeito, o SPAD elaborou um documento de trabalho para apoio ao debate e reflexão, o qual foi apresentado na reunião extraordinária de DPDN de 2017 (doc Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP I). Após debate resultou um conjunto diversificado e variado de ideias e propostas agora sistematizadas no presente documento de trabalho, elaborado para circulação pelos EM para aprofundamento, sugestões e comentários (doc. Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP II).

Procedeu de seguida a uma síntese do conteúdo do documento, destacando aspetos como a dinamização das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional, o aproveitamento dos Exercícios Felino com benefícios visíveis para as populações, nomeadamente em aspetos



ligados à Saúde Militar, o desenvolvimento de novas áreas, como por exemplo a Ciberdefesa, e a introdução de alterações ao site cplp.defesa.pt, tornando-o mais dinâmico, promovendo maior visibilidade das atividades da Componente.

O CAE Brasil considerou o documento muito bem elaborado, identificando como o grande desafio a tradução destas ideias em ações concretas e a identificação de prioridades.

O DND Cabo Verde referiu que o documento espelha as reflexões anteriores nesta matéria, importando fazer a ligação entre áreas, ações e resultados e definir prioridades.

O DGPDN Guiné-Bissau ressaltou dois aspetos que considera merecerem atenção acrescida: a visibilidade das nossas ações e a participação da sociedade civil e de outros setores dos Estados Membros, dando o exemplo do processo de reforma em curso no seu país que tem colhido contributos dos diversos atores.

A DNA-DNPD Moçambique começou por transmitir os cumprimentos do Brigadeiro Cristóvão Chume, ausente desta reunião por motivos oficiais e considerou fundamental aliar-se a teoria à prática, destacando, dos documentos, a identificação de formas de ligação com outras organizações internacionais e o envolvimento da Academia e da sociedade civil. Aludiu ao privilégio de acolher em Maputo o CAE/CPLP, situação que confere, à CPLP, visibilidade em Moçambique. Acrescentou considerar ser um documento muito bem elaborado, congratulando por isso o SPAD.

O DPDN São Tomé e Príncipe reputou essencial tornar a Componente mais aliciante, resultando do documento caminhos que há que operacionalizar. Exemplificou com o Mecanismo de resposta a catástrofes, cuja implementação dará muita visibilidade, devendo nele empenhar-se todos os EM, mesmos os mais pequenos, refletindo o espírito de solidariedade da CPLP. Sugeriu ainda que se ponderasse sobre a possibilidade de se alterar a periodicidade das reuniões de MDN, que passariam a reunir de dois em dois anos, passando as reuniões de DPDN a duas ordinárias anuais.

O DGPDN Portugal deu relevo ao princípio da solidariedade, que considerou estar no ADN da CPLP, e refletiu sobre a dispersão geográfica, que sendo um ativo pela sua pluricontinentalidade, dificulta o desenvolvimento de algumas ações e o envolvimento de todos os EM face às distâncias, não devendo, no entanto, obstaculizar a nossa ação conjunta.

O DNPEPI Timor-Leste considerou, face ao número de reuniões de MDN e DPDN já realizadas, ser altura de refletir sobre o quadro estratégico. Deu ênfase à dimensão ambiental, sugerindo o estabelecimento de princípios básicos de uma “estratégia verde” da CPLP. Atendendo aos recursos financeiros necessários, importa definir prioridades e



aproveitar os planos de ação existentes. Finalmente afirmou ter tomado nota da proposta santomense.

O DPDN Portugal sublinhou a importância de definir princípios básicos e boas-práticas em matéria ambiental a aplicar na Componente de Defesa da CPLP.

O CAE/CPLP disse estar hoje em melhores condições para desempenhar o seu papel, tendo já o seu efetivo de pessoal preenchido em 90%, devido ao empenhamento dos EM, designadamente Moçambique, Portugal e Brasil, estes dois últimos no apoio à formação e atualização dos quadros. Apelou aos DPDN para a sensibilização dos Núcleos Nacionais no desempenho das suas funções, e em alguns países, para a sua constituição. Referiu ainda atrasos nos pagamentos de quotas e exortou à disponibilização dos EM para o acolhimento dos Seminários Internacionais.

O DNPD Angola enfatizou a necessidade de demonstrar também a utilidade da Componente de Defesa, para que os povos da CPLP nunca duvidem da importância do seu contributo, garantindo ligação e influência no quotidiano das populações. As sugestões contidas no documento não se excluem, mas antes complementam-se, sendo uma excelente base de trabalho.

O DGPDN Portugal destacou o facto de que a visibilidade da Componente de Defesa será consequência da utilidade da sua ação. Exemplificou com atividades prosseguidas pelo Brasil, por exemplo na Amazônia, que concretiza o princípio da solidariedade.

A representante do Secretariado Executivo da CPLP reconheceu com agrado o dinamismo da Componente de Defesa da CPLP, o esforço de convergência estratégica com a Nova Visão Estratégica e a preocupação em promover sinergias com outros setores. Procedeu de seguida a uma apresentação em *power point*, com especial atenção para a Matriz de identificação, seguimento e avaliação da operacionalização na Nova Visão Estratégica da CPLP, simulando opções para o seu preenchimento pela Componente de Defesa. Da sua apresentação cabe destacar:

- importância do desenvolvimento de ações e atividades que possam convergir com o quadro estratégico global da CPLP;
- não duplicação de atividades e instrumentos;
- necessidade de um reporte setorial anual ou bienal a enviar ao Secretariado Executivo;
- avaliação intercalar da NVE em 2021 em sede de Conselho de Ministros;
- avaliação da NVE em 2026 ao nível da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo;



- possibilidade de capitalizar o interesse internacional na CPLP, promovendo a participação dos Observadores Associados e criando instrumentos partilhados, incluindo financiamento.

Finalmente, propôs-se enviar ao SPAD, para difusão, todos os Planos Estratégicos Setoriais. O DGPDN Portugal considerou a Componente de Defesa como uma ilha que funciona no arquipélago da CPLP, elencando como exemplos que podem e devem ser trabalhados em rede com os outros setores as áreas da saúde militar, ambiente e da resposta a catástrofes. Em relação a um eventual contingente militar CPLP para ser empregue em Operações de paz ou humanitárias, afirmou que as dificuldades envolvidas devem constituir um estímulo para prosseguir aquela que seria uma das realizações mais ambiciosas da Comunidade.

O DND Cabo Verde referiu-se à utilidade dos esclarecimentos prestados pelo Secretariado Executivo nas várias reuniões, e questionou sobre a possibilidade de a CPLP trabalhar no seu site de forma a torná-lo mais transversal. Sugeriu ainda a possibilidade de junto das TV públicas dos EM, serem promovidos pequenos blocos informativos sobre temas da Comunidade, que apelidou 'minuto CPLP'.

A representante do Secretariado Executivo da CPLP informou que a sugerida transversalidade está em curso, sendo que o Portal integra cada vez mais contributos setoriais. Deu ainda nota da possibilidade de alojar no Portal CPLP, um *banner* que remeta de imediato para o site da Componente de Defesa, bastando para tal essa solicitação.

O DPND São Tomé e Príncipe alertou para as realidades locais e a ausência de acesso às novas tecnologias que ainda existem.

O SPAD distribuiu novamente cópia da Matriz de identificação, seguimento e avaliação da operacionalização na NVE CPLP.

A concluir a discussão foi deliberado por unanimidade que cada EM enviará, o mais tardar até fevereiro de 2019, a indicação de duas ações prioritárias a implementar neste domínio.

(Anexo 1 - Documento Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP II)

Ponto 2. Colégio de Defesa da CPLP - 1ª edição - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA) realizado no Brasil - Apresentação/lições aprendidas

Depois de um breve enquadramento do DGPDN Portugal, o Coronel Marcos Ribeiro, Assessor Militar da Subchefia de Política e Estratégia do Ministério da Defesa do Brasil, apresentou o Relatório Final elaborado sobre a 1ª edição do Colégio, com o curso de Direito



Internacional dos Conflitos Armados que decorreu entre fevereiro e março de 2018, nas modalidades à distância e presencial, na Escola Superior de Guerra, Campus Brasília, e no qual se apresentaram as dificuldades encontradas, bem como as soluções adotadas.

(Anexo 2 - Relatório Final elaborado sobre a 1ª edição do Colégio - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados)

Ponto 3. Colégio de Defesa da CPLP - 2ª edição a realizar em Portugal em 2019

O DPDN Portugal confirmou que, tal como avançado pelo CEMGFA de Portugal na reunião de abril 2018, em Salvador, Portugal acolherá a 2ª Edição do Colégio de Defesa em 2019. A temática a apresentar será ligada à cibersegurança e à ciberdefesa, incluindo uma dimensão teórica e prática, com a realização de visitas e desejavelmente de um exercício. Mais referiu que o curso decorrerá no Instituto Universitário Militar, com a duração de duas semanas, propondo remeter até ao final de 2018, mais detalhes sobre o curso.

Ponto 4. Mecanismo de resposta a situações de catástrofes - Análise do documento de operacionalização elaborado pelo Brasil

O DPDN Portugal lembrou a aprovação dos princípios gerais e orientações de base a situações de catástrofes (MDN, Malabo 2017), e que se encontra em desenvolvimento um documento de operacionalização envolvendo os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Defesa do Brasil, no sentido de definir como serão alocados os recursos.

O CAE Brasil enfatizou que o princípio da solidariedade é essencial no apoio aos países vítimas de catástrofes e que os mecanismos de coordenação e articulação são fundamentais pela importância dos tempos de reação da resposta e da definição das prioridades, a que acresce a cooperação com as diversas agências internas.

O Coronel Marcos referiu que este documento continua em fase de aperfeiçoamento com o MRE, no sentido de identificar instrumentos de alocação de recursos para utilização das Forças Armadas, similares aos disponíveis para a Defesa Civil.

O DGPDN Portugal indicou que o apoio a catástrofes extravasa a Componente de Defesa, sendo em Portugal responsabilidade da Proteção Civil, reforçando a necessidade de se



pensar na melhor forma de enfrentar as dificuldades que a distância geográfica entre alguns países coloca na prestação de apoio.

O CAE CPLP informou que realizou em 2017, em Maputo, um Seminário sobre “O papel das Forças Armadas em situações de catástrofe”, estando para publicação as conclusões que poderão contribuir para esta discussão.

O DND Cabo Verde manifestou o receio de que, estando a responsabilidade de respostas a catástrofes atribuída a entidades diferentes em cada país (em Cabo Verde é a Proteção Civil), este mecanismo tem de se encaixar nesses sistemas. Sugeriu, assim, que depois de aprovado na Componente de Defesa, seja aberto a outros setores da CPLP.

O DPDN São Tomé e Príncipe comungou e reforçou a preocupação de Cabo Verde no sentido de inserir este tema num quadro mais vasto da CPLP.

O CAE Brasil afirmou que a falta deste mecanismo não será razão para o Brasil e seguramente para os restantes EM, faltarem com o apoio quando necessário.

A representante do Secretariado Executivo da CPLP informou que a NVE reflete sobre a criação de mecanismos de resposta rápida a crises nos EM, podendo o mecanismo da Defesa concorrer para este objetivo.

Em conclusão, e depois de assinalado o trabalho meritório do Brasil nesta matéria, foi deliberado que a nova versão do documento será entregue ao SPAD para recolha de contributos dos EM, a enviar até 31 de dezembro de 2018, no sentido da sua discussão na reunião do SPAD de 2019 e eventual apreciação pela próxima reunião de MDN.

(Anexo 3 - Protocolo de Ações de Resposta da Comunidade de Países de Língua Portuguesa a Situações de Catástrofes).

Ponto 5. Plano de Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança (proposta de Portugal)

O DPDN Portugal lembrou que na Reunião Extraordinária de Diretores de Política de Defesa Nacional de 12 de outubro de 2017, a delegação de Portugal informou ter a intenção de propor a elaboração de um Plano de Ação de Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.

A Dra. Leticia Bairrada apresentou brevemente os Termos de Referência (TdR) elaborados pelo SPAD, os quais incluem um enquadramento global e visam lançar as bases para um Plano de Ação com a criação de um grupo de trabalho de especialistas, que dinamize a atividade da Componente de Defesa para os objetivos da Resolução 1325.



O DGPDN Portugal reafirmou a importância de, à nossa escala e dimensão, a Defesa poder contribuir para este tema cuja atualidade é evidente.

A representante do Secretariado Executivo da CPLP vislumbrou nesta iniciativa um contributo para a implementação, não só da agenda internacional, como da agenda da NVE e da agenda do setor da igualdade de género e empoderamento da mulher na CPLP.

O DPDN São Tomé e Príncipe agradeceu a apresentação e considerou ter que se encontrar ações concretas.

O CAE/CPLP informou ter solicitado aos Núcleos Nacionais que refletissem sobre este tema e apresentassem propostas.

Em conclusão foi aceite a constituição do grupo de trabalho e prevista a criação de uma plataforma de comunicação entre os POC a indicar por cada EM, desejavelmente para entrega do Plano de Ação na reunião de MDN de 2019.

(Anexo 4 - Termos de Referência para o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (2000), sobre Mulheres, Paz e Segurança).

Ponto 6. Conversão das reuniões de DPDN extraordinárias em ordinárias (proposta do Brasil)

O DGPDN Portugal lembrou que esta questão foi suscitada pela delegação do Brasil na reunião Extraordinária de 12 de outubro 2017, em Évora, tendo sido então por todos reconhecida a importância das reuniões extraordinárias de DPDN que, ao contrário das reuniões que precedem as Ministeriais de Defesa, permitem aprofundar e desenvolver algumas questões da Componente de Defesa. Assim, por proposta daquela delegação, os DPDN deliberaram mandar o SPAD para elaborar um documento de fundamentação, que permita converter as reuniões extraordinárias de DPDN em reuniões ordinárias intercalares, conferindo-lhes assim previsibilidade e garantia da adequada alocação de recursos por parte dos Estados-Membros.

Após debate, no qual foram mantidas as razões que fundamentam esta alteração, concluiu-se pela sua aprovação, sob reserva de uma nova redação que o SPAD fará circular até ao final de outubro 2018.



Ponto 7. Local da próxima reunião de MDN/ DPDN

O DGPDN Portugal informou que tendo sido atingido o final do ciclo de rotatividade alfabética, após as reuniões realizadas em Dili, Timor-Leste em 2016, seria a vez da República de Angola acolher estes fóruns em 2017. Este acolhimento não veio a suceder face à dificuldade apontada pela realização das eleições gerais em Angola.

Nessa sequência a República da Guiné Equatorial prontificou-se a acolher estas reuniões, que decorreram em Malabo, entre 24 e 25 de maio de 2017 (IX reunião de DPDN e XVIII reunião de MDN da CPLP).

Não foi possível, em 2018, por razões conjunturais, realizar estas reuniões.

Assim, o DGPDN Portugal dirigiu o convite a Angola para a organização destas reuniões em 2019, considerando os temas de relevo a apreciar, e retomando assim a ordem alfabética.

O DNPD Angola afirmou considerar estarem ultrapassados os contextos impeditivos existentes em 2018, prontificando-se a responder oficialmente até 30 novembro 2018.

Ponto 8. Diversos

- a) O DGPDN Portugal referiu-se à aproximação do final do mandato do Diretor do CAE/CPLP, o qual elogiou pelo contributo visível, empenhado, dedicado e competente que prestou aquele órgão de reflexão estratégica da CPLP, bem como pela aposta persistente na qualificação dos respetivos recursos humanos.

Todos os presentes manifestaram o seu grande apreço pelo trabalho do Tenente-General Luís Diogo de Carvalho, propondo que esta menção honrosa conste em Ata. Assim, em função da ordem alfabética, tomou a palavra o CAE Brasil que apresentou o seu candidato à direção do CAE/CPLP, cujo CV distribuiu pelas delegações, historiando o processo de escolha e informado que aquele candidato está pronto a apresentar-se em Maputo, em fevereiro de 2019.

Considerando que, nos termos do artigo 6º Regulamento do CAE/CPLP, o diretor é nomeado por consenso pelos MDN dos EM para um mandato de 3 anos, não renovável, foi concluído:

- Tomar boa nota da candidatura do Brasil;
- Fazer circular pelo SPAD, até dia 12 de outubro 2018, o extrato desta ata, acompanhado do CV do candidato, por forma a que os DPDN consultem os respetivos MDN sobre esta candidatura;



- Considerar-se aprovada a nomeação do candidato do Brasil, através de procedimento de silêncio, se nenhum EM a ela expressamente se opuser até 31 de outubro 2018.

(Anexo 5 - CV do CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo)

- b) O DGPDN Portugal sugeriu que, apesar de não ter havido transferência da Presidência da Componente, deveria existir um Plano de Atividades 2018-2019 para a Componente de Defesa, cuja proposta foi distribuída e aprovada após ligeiras alterações.

(Anexo 6 - Plano de Atividades da Componente de Defesa CPLP de maio 2018 a maio 2019)

- c) O CAE Brasil informou que o Coronel Marcos António poderá estar de saída das atuais funções e apresentou o CMG Henrique Martins, que o substituirá. Aproveitou para agradecer ao Coronel Marcos toda a dedicação e trabalho durante 14 anos.

Todos os presentes manifestaram o seu grande apreço pelo trabalho do Coronel Marcos, propondo que esta menção honrosa conste em Ata.

- d) O DND Cabo Verde questionou sobre o processo de ratificação do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa assinado em 2006 e informou que o seu país assumiu a presidência da CPLP desde julho do corrente ano, cujo tema se centra nas pessoas/cultura/oceanos.

- e) O DGPDN Guiné-Bissau prestou as seguintes informações:

- Face ao período conturbado vivido, já voltaram a colocar o processo de ratificação do Protocolo em sede própria (Assembleia);
- Estar prevista a realização de eleições legislativas em novembro próximo;
- Ter sido instalado na Guiné-Bissau, no quadro do alerta precoce da CEDEAO, e com o apoio dos EUA, o centro nacional de coordenação do mecanismo de resposta a riscos de segurança.

- f) A representante da Guiné Equatorial deu nota que o novo MDN está muito empenhado na CPLP e na ratificação do Protocolo.

- g) A DNA-DNPD Moçambique informou que, se aprovada a candidatura do Brasil, se disponibilizava para colaborar com o novo diretor do CAE/CPLP, desejando-lhe desde já as boas-vindas a Moçambique.

- h) O DPND São Tomé e Príncipe informou da realização de eleições em 7 de outubro passado, as quais foram muito concorridas, aguardando-se ainda pelos resultados oficiais.



- i) O CAE/CPLP agradeceu as palavras e apoio que todos lhe prestaram, em especial ao DGPDN Portugal, durante o seu mandato, o qual qualificou como uma experiência muito gratificante.

O DGPDN Portugal concluiu a reunião que considerou muito positiva, demonstrativa de como a Comunidade está ativa e com vontade de fazer avançar a sua Componente de Defesa, dando relevo a conceitos como ambição e solidariedade, Defesa Civil e estratégia verde para a Defesa. Apelou a que todos mantenham uma vontade inequívoca para fazer avançar as iniciativas em curso, tornando útil e visível a nossa ação.

Antes de concluir, informou que a Dra. Letícia Bairrada irá cessar estas funções, assumindo novos desafios no Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP, agradecendo o seu empenho, dedicação, entrega e competência.

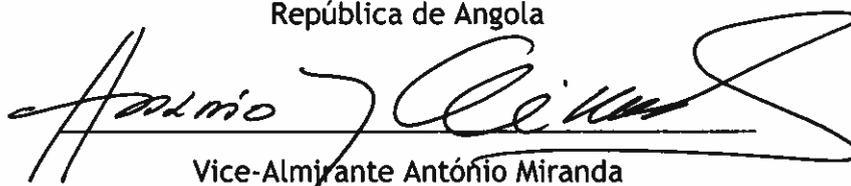
Em seguida apresentou a Dra. Cláudia Bicho que assumirá estas funções.

Todos os presentes manifestaram o seu grande apreço pelo trabalho da Dra. Letícia Bairrada, propondo que esta menção honrosa conste em Ata.

Terminados os pontos da agenda, e depois de agradecer a presença de todos, congratulou os presentes pelo bom andamento dos trabalhos e pelos resultados obtidos, dando por finda a Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP, da qual se lavrou a presente ata.

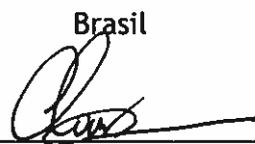
Alcobaça, 10 de outubro de 2018

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da
República de Angola



Vice-Almirante António Miranda

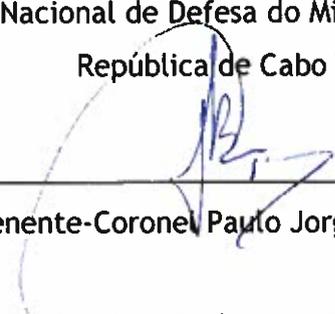
O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do
Brasil



Almirante de Esquadra Cláudio Portugal de Viveiros

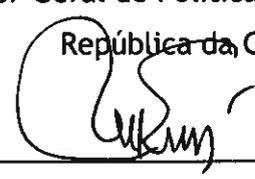


O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da
República de Cabo Verde



Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes

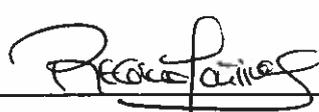
O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da
República da Guiné-Bissau



Brigadeiro-General Malan Camara

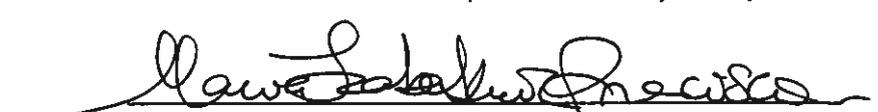


Missão Permanente da República da Guiné Equatorial junto da CPLP



Dra. Regina Martins

A Diretora Nacional Adjunta da Direção Nacional de Política de Defesa do Ministério da
Defesa Nacional da República de Moçambique



Maria Izabel Luis Francisco

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa



Nuno Pinheiro Torres



O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da
Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Martinho Maia Gonçalves